



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 156

SEXTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	12221
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	12229
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	12231
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	12333
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	12410
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	12410
EDITAIS E AVISOS.....	12412

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 29 DE JUNHO DE 1992

Reajusta os valores constantes das Tabelas de Custas do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos da decisão do Tribunal Pleno, em sessão desta data, proferida no uso da atribuição que lhe confere o art. 96, I, a, da Constituição Federal, resolve aprovar as seguintes Tabelas e normas para a cobrança de Custas de vidas pelo processamento, julgamento e execução dos feitos da competência do Supremo Tribunal Federal, bem como pela prática de atos judiciais e extrajudiciais por parte de sua Secretaria:

#### TABELA "A"

Recursos Interpostos na Instância Inferior

	Importância Unidade-Cr\$
I - Agravo de Instrumento .....	25.492,00
II - Recurso de Mandado de Segurança .....	25.492,00
III - Recurso Extraordinário .....	25.492,00

#### Observações:

- As custas fixadas na Tabela A compreendem todos os atos necessários ao julgamento do recurso no Supremo Tribunal Federal, bem como as despesas de remessa e retorno dos autos, excluídos os embargos de divergência ou infringentes.
- O Recurso Extraordinário que venha a ser processado em virtude de Agravo de Instrumento provido, não ficará sujeito às custas específicas.
- O preparo será efetuado nos Tribunais de origem dos recursos, na conformidade dos arts. 58 e 59 e seus respectivos parágrafos, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observadas as isenções previstas no § 1º do art. 61.
- A falta de preparo do recurso, no devido prazo, no Tribunal de origem, acarretará a deserção (§ 1º do art. 59 do Regimento Interno).
- As importâncias correspondentes às custas fixadas na Tabela "A" serão recolhidas no órgão local arrecadador de tributos federais, juntamente

com o valor da despesa de retorno dos autos, mediante preenchimento do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF).

#### TABELA "B"

Feitos de Competência Originária

	Importância Unidade-Cr\$
I - Ação Cível (Ação Cível Originária - Ação Originária (art. 102, I, n, CF) - Petição) .....	50.984,00
II - Ação Penal Privada .....	25.492,00
III - Ação Rescisória .....	50.984,00
IV - Embargos de Divergência ou Infringentes .....	12.746,00
V - Homologação de Sentença Estrangeira .....	25.492,00
VI - Mandado de Segurança:	
a) um impetrante .....	25.492,00
b) mais de um impetrante (cada excedente) .....	12.746,00
VII - Reclamação sobre os processos a que se refere esta Tabela e a anterior, salvo quando reclamante o Procurador-Geral da República .....	12.746,00
VIII - Revisão Criminal dos processos a que se refere o item II desta Tabela .....	25.492,00

#### TABELA "C"

Atos Judiciais e Extrajudiciais praticados pela Secretaria

	Importância Unidade-Cr\$
I - Carta de Ordem, Carta Rogatória, Carta de Sentença - por folha .....	128,00
II - Despesas de transporte nas citações, intimações e notificações:	
a) Plano Piloto .....	10.000,00
b) nas cidades satélites .....	30.000,00
III - Editais e Mandados:	
a) uma única folha .....	510,00
b) por folha excedente .....	128,00

#### Observações finais:

- As custas a que se referem as Tabelas B e C serão recolhidas ao Tesouro Nacional, mediante o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), juntando-se aos autos o comprovante.
- As despesas de transporte para o cumprimento dos atos a que se refere o item III, da Tabela C, serão pagas ao funcionário encarregado da diligência, na Secretaria do Tribunal, mediante recibo.
- Incorrerá em falta disciplinar, sujeita às sanções legais, o funcionário que solicitar ou receber custas excessivas ou indevidas, e demonstrar, em virtude delas, a expedição de atos, termos ou traslados.
- As custas previstas nas Tabelas constantes deste Ato terão vigência a partir de 15 de agosto de 1992 e serão corrigidas trimestralmente pela variação acumulada do IGP-DI da FGV, a partir de 1º de outubro de 1992.

MINISTRO SYDNEY SANCHES

#### DISTRIBUIÇÃO

QUINAGESIMA SEXTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1992. PRESIDENTE DO EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 56, I RISTF).

AS 17:00 HORAS NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

#### ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 761

ORIGEM : RIO GRANDE DO SUL  
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA  
DETE. : PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA  
DEOD. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
DEOD. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
DISTRIBUIDO

#### ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 762

ORIGEM : RIO DE JANEIRO  
RELATOR : MIN. FRANCISCO REZEK  
DETE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
AD. : RICARDO AZEVEDO  
DEOD. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DISTRIBUIDO



**ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 763**

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
 REQTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : MICHEL TEMER  
 REQDO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA  
 REQDO. : CONGRESSO NACIONAL  
 DISTRIBUIDO

**HABEAS CORPUS N. 69664**

ORIGEM : RIO DE JANEIRO  
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
 PACTE. : ANTONIO QUEIROZ CALDAS E OUTRO  
 IMPTE. : LUIZ GUILHERME MARTINS VIEIRA  
 COATOR : TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 DISTRIBUIDO

**HABEAS CORPUS N. 69669**

ORIGEM : RIO DE JANEIRO  
 RELATOR : MIN. PAULO BRUSSARD  
 PACTE. : ARMANDO AVELINO BEZERRA  
 IMPTE. : FRANCISCO JORGE DA CUNHA RASTRUP  
 COATOR : PRESIDENTE DO ORGAO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 DISTRIBUIDO

**MANDADO DE INJUNCAO N. 400**

ORIGEM : RONDONIA  
 RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
 IMPTE. : MARTA FRANCISCA NASCIMENTO DA SILVA  
 ADV. : ROSANGELA CIPRIANO DOS SANTOS  
 IMPDO. : CHEFE DE SERVICO DE SEGURIDADE SOCIAL DO POSTO INTEGRADO DE PORTO VELHO  
 DISTRIBUIDO

MINISTRO	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. MOREIRA ALVES	1	0	1
MIN. NERI DA SILVEIRA	1	0	1
MIN. OCTAVIO GALLOTTI	1	0	1
MIN. PAULO BRUSSARD	1	0	1
MIN. CELSO DE MELLO	1	0	1
MIN. FRANCISCO REZEK	1	0	1
TOTAL	6	0	6

NADA MAIS HAVENDO, FUI ENCRPADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUICAO.....RHODE DOBEL BARBETO, DIRETORA DO SERVICO DE DISTRIBUICAO, PUBLICIDADE E ESTATISTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIARIO.

BRASILIA, 12 DE AGOSTO DE 1992

MINISTRO SYDNEY SANCHES  
 PRESIDENTE

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Imprensa Nacional — IN**

SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF  
 Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046  
 Telex: (061) 1356  
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
 Coordenador de Produção Industrial

**DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I**

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
 Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
 Editores

**Publicações:** os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

**Assinaturas:** as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral .....	Cr\$ 150.900,00	Cr\$ 41.200,00	Cr\$ 146.300,00	Cr\$ 162.700,00	Cr\$ 258.000,00
Portes:					
Superfície .....	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 37.290,00	Cr\$ 66.680,00	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 136.950,00
Aérea .....	Cr\$ 109.420,00	Cr\$ 93.080,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 342.540,00

**Informações:** Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM  
 Telefone: (061) 226-6812  
 Horário: 7:30 às 19:00 horas

**Plenário****Pauta de Julgamentos**

PAUTA Nr. 30 — Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno, para julgamento a partir da próxima sessão, contendo o seguinte processo:

**ACAO RESCISORIA N. 1.277**

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
 REVISOR : MIN. MARCO AURELIO  
 AUTORA : ARTE MALHAS INDUSTRIAS E COMERCIO LTDA.  
 ADVS. : ALVARO LUIZ DAMASIO GALHANONE E JOSE GUILHERME VILLELA  
 REU : BANCO DO BRASIL S/A  
 ADVS. : JOAQUIM EUGENIO DA SILVA SANTOS, CLEBER JOSE DA SILVA E OUTROS

Brasília, 12 de agosto de 1992

LUIZ TOMIMATSU  
 Secretário

**Departamento Judiciário****Despachos****PROCESSOS DIVERSOS**

(ADI /0000600-2) DF

RELATOR: MIN. MARCO AURELIO  
 REQTE. GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 ADV. IVAN RIBEIRO DE LIMA E OUTROS  
 ADV. FERNANDO MARCIO AMARANTE RIBEIRO  
 REQDO. PRESIDENTE DA REPUBLICA  
 REQDO. CONGRESSO NACIONAL

**Despacho:**

1. Ao Ministério Público Federal para os fins previstos no artigo 103, parágrafos 1º e 3º da Constituição Federal.
2. Publique-se.

Brasília, 09.08.92  
 Ministro MARCO AURELIO  
 Relator

(ADI /0000728-9) CE

RELATOR: MIN. MARCO AURELIO  
 REQTE. PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA  
 REQDO. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO

**DESPACHO:**

1. Ao Procurador-Geral da República, em face do entendimento, até aqui prevalente, sobre o alcance do § 1º do artigo 103 da Constituição Federal.
2. Publique-se.

Brasília, 08.08.92.

Ministro MARCO AURELIO  
 Relator

**ADIn 755-6 - Medida Liminar - SP**

Reqte: Governador do Estado de São Paulo (Adv: Michel Temer)  
 Reqda: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

**DESPACHO:**

1. Declaro-me habilitado a proceder ao relato deste processo e a proferir voto.
2. Ao Gabinete, para as providências cabíveis.
3. Publique-se.

Brasília, 10.08.92

Ministro MARCO AURELIO  
 Relator

**Despacho:**

1. Declaro-me habilitado a proceder ao relato desta ADIn e a proferir voto, considerado o pedido de concessão de cautelar formulado pelo Requerente.



# Superior Tribunal Militar

## Presidência

ATO Nº 9.923, DE 07 DE AGOSTO DE 1992

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, resolve

EXONERAR, a pedido, a partir de 04 AGO 92, o Agente de Segurança Judiciária, classe "A", referência NI-24, JOSÉ RABELO, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, nos termos do Art. 34 da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

ATOS DE 12 DE AGOSTO DE 1992

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Memo nº 098-GABPRES, de 29 JUL 92, resolve

Nº 9.926-DISPENSAR, a partir de 19 AGO 92, o Cb MARCELO LOPES KLEIN do encargo de Ajudante que exerce junto à Secretaria-Geral da Presidência.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 do Regimento Interno, e tendo em vista a decisão do Plenário tomada em Sessão Administrativa de 05 AGO 92,

Nº 9.927- REMOVE o Juiz-Auditor Substituto DR. ALFONSO MARTINEZ GALIANO da Auditoria da 8ª CJM para a 3ª Auditoria da 2ª CJM.

O DOUTOR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Memo nº 41/GAB-JJC, de 06 AGO 92, resolve

Nº 9.928- DISPENSAR, a partir de 01 SET 92, o SO BSP JOÃO TELLES DA PURIFICAÇÃO FILHO do encargo de Oficial de Gabinete que exerce junto ao Gabinete do Min Ten Brig do Ar Jorge José de Carvalho.

ANTÔNIO CARLOS DE NOGUEIRA

## Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 43ª SESSÃO, EM 04 DE AGOSTO DE 1992 - TERÇA-FEIRA  
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Ausente o Ministro Raphael de Azevedo Branco.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.  
Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suelly Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- RECURSO CRIMINAL 6.037-0 - DF - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. RECORRENTE: O Exmº Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 11ª CJM, de ofício. RECORRIDA: A Decisão do Exmº Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 11ª CJM, de 14.05.92, que concedeu reabilitação ao 3º Sgt PM/DF VALDEMIR BRANDÃO PIRES. Advs Drs Aurinivea Maria Lopes de Andrade, Maria de Lourdes Machado de Oliveira e Divino Alves Alvim.- POR MAIORIA, o Tribunal acolheu a preliminar de incompetência argüida pela douta PGJM, cassando, em consequência, o r. despacho recorrido, determinando a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do DF, a quem cabe, de direito, apreciar o feito. Os Ministros GEORGE BELHAM DA MOTTA, LUIZ LEAL FERREIRA e EVERALDO DE OLIVEIRA REIS rejeitavam a preliminar suscitada.

- HABEAS CORPUS 32.856-4 - PA - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. PACIENTE: JOSÉ LUIZ DO AMARAL FERREIRA, Cb Mar, cumprindo pena imposta por sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, alegando constrangimento ilegal, pede a concessão da ordem para que possa apelar em liberdade. Impetrante: Dr Ariosvaldo de Gois Costa Homem.- POR UNANIMIDADE, o Tribunal conheceu do pedido e denegou a ordem por falta de amparo legal.

A Sessão foi encerrada às 14:20 horas.

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

## Pauta de Julgamentos

### PAUTA Nº 088

- APELAÇÃO Nº 46.737-0 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares.

- APELAÇÃO Nº 46.722-1 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares.

- CORREIÇÃO PARCIAL Nº 1.407-4 - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Adv Dr Antonio Roberto Achcar.

- RECURSO CRIMINAL Nº 6.041-9 - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Adv Dr Sérgio Habib.

- APELAÇÃO Nº 46.718-1 - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Advs Drs Reinaldo Silva Coelho e Octávio Duval Meyer e Barros.

- APELAÇÃO Nº 46.733-7 - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr Ariovaldo Barioni Cambráia.

# Ministério Público da União

## Ministério Público Federal

## Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 391 DE 12 DE AGOSTO DE 1992

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Ofício PR/GO Nº 282, de 04 de agosto de 1992, da Procuradoria da República no Estado de Goiás, resolve:

Designar o Doutor **FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA**, Procurador da República em exercício na Procuradoria da República no Distrito Federal, para atuar, como representante do Ministério Público Federal, nos autos da Ação Popular nº 92.4736-0/01000, em curso perante a Terceira Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

PORTARIA Nº 392 DE 12 DE AGOSTO DE 1992

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista, especialmente, o disposto no Decreto-lei nº 2.386, de 18 de dezembro de 1987, resolve:

Designar o Doutor **PAULO DE TARSO BRAZ LUCAS**, Procurador da República de 1ª Categoria, para exercer, no período de 3 de agosto a 31 de dezembro de 1992, funções de Subprocurador-Geral da República, com atuação em processos da competência do Supremo Tribunal Federal, em virtude do afastamento da Doutora Yedda de Lourdes Pereira.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

PORTARIA Nº 393 DE 12 DE AGOSTO DE 1992

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista, especialmente, o disposto no Decreto-lei nº 2.386, de 18 de dezembro de 1987, resolve:

Designar o Doutor **JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**, Procurador da República de 1ª Categoria, para exercer, no período de 10 de agosto a 8 de setembro de 1992, funções de Subprocurador-Geral da República, com atuação em processos da competência da 5ª e da 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça, em virtude do afastamento da Doutora Ela Wiecko Volkmer de Castilho, em gozo de férias.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA



Amaral, revisor. Redigirá o acórdão o Exmo. Sr. Ministro Armando de Brito. Falou pelo recorrente Dra. Ana Maria José Silva de Alencar.

PROCESSO : RR - 029266 / 91 - 6 DA 2 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : JOSE ANTONIO DE LIMA  
ADVOGADO : Dr(a). NELSON CAMARA  
RECORRIDO : HOSPITAL E MATERNIDADE ABCD S/A  
ADVOGADO : Dr(a). IBRAIM CALICHMAN  
Resolveu a Turma, sem divergência, não conhecer do recurso.

PROCESSO : RR - 029596 / 91 - 1 DA 8 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : UNIAO FEDERAL  
ADVOGADO : Dr(a). EDISON MESSIAS DE ALMEIDA  
RECORRIDO : ANTONIA SEIXAS DOS SANTOS LEAO E OUTROS  
ADVOGADO : Dr(a). EDILEA R. VALERIO DOS SANTOS  
Resolveu a Turma, por unanimidade, conhecer da revista

apenas quanto as URPs por divergência e, no mérito, negar-lhe provimento.

PROCESSO : RR - 029852 / 91 - 4 DA 7 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : CEARA PESCAS S/A - CIA DE DESENVOLVIMENTO - CEPESCA  
ADVOGADO : Dr(a). FRANKLIN VIANA MOREIRA  
RECORRIDO : MARCIO PONTE PROENCA  
ADVOGADO : Dr(a). CARLOS HENRIQUE DA R. CRUZ  
Resolveu a Turma, sem divergência, não conhecer do recurso.

PROCESSO : RR - 030047 / 91 - 1 DA 9 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A  
ADVOGADO : Dr(a). JOSE ROBERTO ROCHA  
RECORRENTE : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE CURITIBA  
ADVOGADO : Dr(a). JOSE ALBERTO COUTO MACIEL  
RECORRIDO : OS MESMOS  
Resolveu a Turma, sem divergência, não conhecer de ambos os recursos.

PROCESSO : RR - 030100 / 91 - 2 DA 9 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : DEBORA FERSTENBERG  
ADVOGADO : Dr(a). SERGIO AUGUSTO GOMEZ  
RECORRIDO : FERTIPAR - FERTILIZANTES DO PARANA LTDA  
ADVOGADO : Dr(a). SANDRA CALABRESE SIMAO  
Resolveu a Turma, sem divergência, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para declarar devido apenas o adicional correspondente às horas excedentes à jornada.

PROCESSO : RR - 030261 / 91 - 4 DA 2 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : ALBERTO GONCALVES  
ADVOGADO : Dr(a). ODILON PEREIRA DA S FILHO  
RECORRIDO : PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATAO  
ADVOGADO : Dr(a). RENATO MEHANNA KHAMIS  
Resolveu a Turma, sem divergência, não conhecer do recurso. Determinar, ainda, a retificação da autuação, para que conste como recorrido o Município de Cubatão e não a Prefeitura Municipal de Cubatão.

PROCESSO : RR - 030681 / 91 - 1 DA 1 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : GUILHERME DE OLIVEIRA MAGRA  
ADVOGADO : Dr(a). CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO  
RECORRIDO : BANCO NACIONAL S/A E OUTRA  
ADVOGADO : Dr(a). ALUISIO XAVIER DE ALBUQUERQUE  
Resolveu a Turma, por unanimidade, conhecer do recurso por divergência e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar procedente a ação, observada a prescrição bial.

PROCESSO : RR - 030705 / 91 - 0 DA 3 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MEDICA DA PREVIDENCIA SOCIAL - INAMPS  
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO EYMARD F. DE P RICARDO  
RECORRIDO : LUCIA DE OLIVEIRA COSTA  
ADVOGADO : Dr(a). LONGUINHO DE FREITAS BUENO  
Resolveu a Turma, por maioria, não conhecer da revista, vencido o Exmo. Sr. Ministro Wagner Pimenta, relator. Redigirá o acórdão o Exmo. Sr. Ministro Antônio Amaral, revisor.

PROCESSO : RR - 030727 / 91 - 1 DA 5 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : JULIVALTER JATOBA SOUTO  
ADVOGADO : Dr(a). VERA LUCIA SALAGNAC DE SOUZA  
RECORRIDO : CARAIBA METAIS S/A - INDUSTRIA E COMERCIO  
ADVOGADO : Dr(a). EMILIA AZEVEDO DA SILVA  
Resolveu a Turma, sem divergência, não conhecer do recurso.

PROCESSO : RR - 030904 / 91 - 3 DA 15 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : BANCO ECONOMICO S/A  
ADVOGADO : Dr(a). JOSE MARIA DE SOUZA ANDRADE  
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE MARILIA  
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES  
Resolveu a Turma, sem divergência, não conhecer do recurso. Falou pelo recorrente Dr. José Maria de Souza Andrade.

PROCESSO : RR - 031523 / 91 - 8 DA 2 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : DONIZETE ALVES DE ALMEIDA

ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES  
RECORRIDO : BANCO FINASA DE INVESTIMENTOS S/A  
ADVOGADO : Dr(a). MARIA CARMELA DE NICOLA  
Resolveu a Turma, sem divergência, não conhecer do recurso.

PROCESSO : RR - 031544 / 91 - 2 DA 1 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : LUIZ ALBERTO DO CARMO E OUTROS  
ADVOGADO : Dr(a). ALINO DA COSTA MONTEIRO  
RECORRIDO : CIA ELETROMECANICA CELMA  
ADVOGADO : Dr(a). ISMAR BRITO ALENCAR  
Resolveu a Turma, por unanimidade, rejeitar a preliminar de não conhecimento arguida em contra-razões e, em conhecendo do recurso por divergência, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de 10. grau.

PROCESSO : RR - 031566 / 91 - 3 DA 4 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : NEIVA ANGELITA BORGES LAVES  
ADVOGADO : Dr(a). CLAUDIO ANTONIO CASSOU BARBOSA  
RECORRIDO : REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS LTDA  
ADVOGADO : Dr(a). ROSEMARIE SEBEM  
Resolveu a Turma, sem divergência, não conhecer do recurso.

PROCESSO : RR - 031744 / 91 - 2 DA 4 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE PORTO ALEGRE  
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES  
RECORRIDO : BANORTE BANCO NACIONAL DO NORTE S/A  
ADVOGADO : Dr(a). NILTON CORREA  
Resolveu a Turma, por unanimidade, conhecer do recurso por divergência e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de 10. grau.

PROCESSO : RR - 033686 / 91 - 9 DA 5 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. WAGNER PIMENTA  
REVISOR : MIN. ANTONIO AMARAL  
RECORRENTE : JOSE FRANCISCO MENEZES FILHO  
ADVOGADO : Dr(a). HUDSON RESEDA  
RECORRIDO : BUNNY'S INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA  
ADVOGADO : Dr(a). HAMILTON DA ROCHA LYRA  
Resolveu a Turma, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença da M.M. Junta de origem, quanto a matéria apreciada.

PROCESSO : RR - 036371 / 91 - 5 DA 1 a. REGIÃO  
RELATOR : MIN. LAURO DA SILVA DE AQUINO  
REVISOR : MIN. OSWALDO FLORENCIO NEME  
RECORRENTE : ELIANE REAME DA SILVA E OUTROS  
ADVOGADO : Dr(a). NAPOLEAO TOME DE CARVALHO  
RECORRIDO : COLEGIO PEDRO II  
ADVOGADO : Dr(a). MARIA CANDIDA F. M. NEVARES  
Resolveu a Turma, por unanimidade, conhecer do recurso por divergência e, no mérito, pelo voto de desempate do Exmo. Sr. Ministro Antônio Amaral, negar-lhe provimento, vencidos o Exmo. Sr. Juiz Convocado Lauro da Silva de Aquino, relator, e o Exmo. Sr. Ministro Armando de Brito. Redigirá o acórdão o Exmo. Sr. Juiz Convocado Oswaldo Florêncio Neme.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Sessão às dezessete horas. E, para constar, eu, Diretor da Secretaria da Quinta Turma, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente e por mim subscrita. Brasília, aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e dois.

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA  
Presidente da Turma

JORGE ALOISE  
Diretor da Secretaria

## Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

PORTARIA Nº 13, DE 10 DE AGOSTO DE 1992

O Ministro JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA, Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

R E S O L V E designar a Bacharela MARIA CRISTINA DE ARAÚJO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA, Assessora, LEILA LIMA BORGES e ANA LUCIA REGO QUEIROZ, Chefes de Serviço desta Corregedoria Geral, para auxiliarem na CORREIÇÃO PERIÓDICA ORDINÁRIA a realizar-se no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no período de 15 a 17 de setembro próximo vindouro.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA

## USUÁRIO

A Imprensa Nacional está engajada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, implantado pelo Governo Federal.  
Dê sua sugestão para que possamos oferecer-lhe um melhor serviço.

Imprensa Nacional — Divisão Comercial — SIG — Quadra 06, Lote 800  
Brasília — DF — CEP: 70604-900